

O fim do mito asiático: por que os experts se enganaram?*

Werner Baer[§]
William R. Miles[†]
Allen B. Moran[⌘]

RESUMO

Este artigo examina as razões que estão por trás do grande otimismo de um expressivo segmento de profissionais da área econômica no que diz respeito à performance das economias do Leste Asiático, que foram abaladas pela crise financeira de 1997-98. Mostra também como a crise realçou muitas características institucionais destas economias que negam as tentativas passadas de caracterizá-las como economias abertas e de mercados.

Palavras-chaves: Ásia, mercado de capitais, exportações, finanças, métodos.

ABSTRACT

This article examines the reasons behind the over-optimism of a large segment of the economics profession concerning the performance of East Asian economies, which was shattered by the financial crises of 1997-98. It also shows how the crisis placed into bold relief many institutional characteristics of these economies which negate many past attempts to characterize them as open and market driven.

Key words: Asian, capital markets, exports, finance, methods.

* Gostaríamos de agradecer a Christopher Kilby e Curt Macdonald por suas muito úteis sugestões.

§ University of Illinois.

† Wichita State University.

⌘ Morgan Stanley.

Recebido em abril de 1999. Aceito em dezembro de 1999.

Introdução

A explosão da crise econômica do Leste Asiático em 1997 foi um choque não só para investidores e credores da região, mas para muitos economistas de organizações internacionais, bem como da academia, que estavam convencidos de que “... *o rápido crescimento do Leste Asiático ... (era) a prova da virtude das políticas voltadas para o livre mercado, apontando para ... (suas)... orientações para o setor externo, seus baixos impostos e seu modesto gasto governamental.*”¹ As virtudes aparentes das economias do Leste Asiático foram sempre confrontadas com as políticas desastradas e dispendiosas dos países da América Latina, que enfatizavam a substituição de importações, negligenciando as exportações, permitindo a presença excessiva do Estado na economia tanto como regulador quanto como produtor. Mais ainda, tais políticas foram incapazes de equilibrar os orçamentos de tais países e estes tiveram então que recorrer a empréstimos dos seus bancos centrais, o que resultou em longos períodos de altas taxas de inflação.

No presente artigo tentamos descobrir as razões que estão por trás do alto otimismo de um grande segmento de economistas, com o propósito de determinar se o diagnóstico equivocado a respeito das economias do Leste Asiático foi devido a uma dosagem excessiva de inferências teóricas (ou paradigmas), que dominam a profissão e que levam muitos a pesquisar evidências como forma de apoiar a teoria, ao invés de procurar entender como a economia realmente funciona.

Primeiramente, apresentaremos uma comparação estatística entre o Leste Asiático e a América Latina, estatística esta que foi a base para muitos livros e artigos que exaltam o primeiro e criticam a última. Esta é seguida de uma revisão da literatura que até 1997 apoiou a economia do Leste Asiático como modelo a ser seguido por outras economias emergentes, especialmente em contraste com a América Latina. Em seqüência são realizadas algumas análises iniciais céticas sobre a explicação de ser o livre mercado o responsável pela performance do Leste Asiático, análises estas aqui consideradas marginais. Segue-se uma descrição sumária da crise que se inicia em 1997 e do novo consenso que emerge a respeito de suas causas. Finalmente, encerramos o artigo com uma reflexão sobre as implicações que tais eventos devem ter tido, em termos dos ajustes necessários, no arcabouço teórico com o qual os economistas tratavam os problemas reais no mundo.

Acompanhamento estatístico

As Tabelas 1 a 10 apresentam medidas estatísticas freqüentemente usadas para avaliar a performance econômica de um número seletivo de países latino-americanos e asiáticos.

1 *The Economist*, 7 de março de 1998, “Survey of East Asian Economies” p. 12.

Começando por uma base similar, tudo leva a crer que os países asiáticos têm, consistentemente, superado a performance dos países latino-americanos após os anos 60.

Na Tabela 1, pode-se notar que as taxas de crescimento do PIB real foram substancialmente mais altas na maior parte dos países do Leste Asiático do que nos países da América Latina (com exceção do Chile desde meados dos anos 80). Pelas Tabelas 2 e 3, a diferença torna-se mais óbvia. As taxas de investimento e de poupança como porcentual do PIB no Leste Asiático continuaram a crescer dos anos 60 até os 90, enquanto que na América Latina estas se estagnaram. Nos anos 90 as taxas de poupança e investimento no Leste Asiático aproximaram-se, por duas vezes, daquelas da América Latina. A Tabela 4, que contém as Contas Correntes como porcentagem do PIB, não apresenta muita diferença entre as regiões. Deve-se lembrar, entretanto, que os déficits em conta corrente *per se* não fornecem muito conteúdo econômico. O uso destes déficits determinam sua sustentabilidade. A Tabela 2 evidencia que um amplo porcentual desses déficits estava sendo usado na Ásia para investimentos, enquanto que na América Latina estes foram usados para consumo. Com isto em mente, déficits de 8% e 10% do PIB (ver Tailândia e Malásia em 1995) poderiam gerar preocupações.

Tabela 1
América Latina e Ásia: Taxa Média de Crescimento Anual do PIB

	1961-70	1971-80	1981-90	1991-7	1995	1996	1997
América Latina							
Argentina	4.2	2.9	-0.8	5.5	-4.6	4.3	8.3
Brasil	6.3	8.6	1.6	2.7	4.2	3.0	3.2
Chile	4.2	3.1	3.8	7.1	8.5	7.2	5.7
México	7.1	6.6	1.7	2.4	-6.2	5.1	7.0
Venezuela	5.1	2.7	0.9	2.7	3.1	-1.4	5.1
Ásia							
China	5.6	6.2	8.9	11.2	10.5	9.6	8.8
Indonésia	3.9	7.2	5.6	6.8	8.2	8.0	5.0
Coréia do Sul	9.1	9.3	9.1	7.1	8.9	7.1	6.0
Malásia	6.5	7.9	6.0	8.4	9.5	8.6	7.0
Filipinas	4.9	5.9	1.8	3.1	4.8	5.7	4.3
Tailândia	8.2	6.8	8.0	7.0	8.7	6.4	0.6

Fontes: 1960-94 - World Bank, *World Data 1995*; 1995-7 Latin America: *Economic Intelligence Unit, Country Reports*; 1995-7 Ásia, *IMF (1997)*.

Tabela 2
Investimento Doméstico Bruto
(% do PIB)

	1961-70	1971-80	1981-90	1991-95	1995	1997
América Latina						
Argentina	22.6	26.1	18.8	17.5	18.0	19.0
Brasil	19.8	23.2	20.6	19.1	22.0	20.0
Chile	18.1	18.4	19.4	26.8	27.0	28.0
México	19.3	21.9	21.3	22.0	15.0	21.0
Venezuela	25.2	33.8	19.7	17.3	16.0	17.0
Ásia						
China	20.6	30.0	34.0	38.2	40.0	35.0
Indonésia	10.4	22.7	28.3	31.3	38.0	31.0
Coréia do Sul	20.0	28.0	30.7	37.0	37.0	35.0
Malásia	19.9	26.3	30.6	37.0	41.0	43.0
Filipinas	20.1	27.8	22.0	22.9	23.0	25.0
Tailândia	21.5	26.2	30.6	41.0	43.0	41.0

Fonte: 1961-94 World Bank, *World Bank Data 1995*; *World Bank Development Report*, vários anos.

Tabela 3
Poupança Bruta Doméstica
(% do PIB)

	1961-70	1971-80	1981-90	1991-95	1995	1997
América Latina						
Argentina	22.9	27.1	21.9	16.7	18.0	18.0
Brasil	19.9	20.9	23.4	20.8	21.0	18.0
Chile	17.9	16.9	20.7	28.1	29.0	26.0
México	17.3	19.8	24.9	19.2	19.0	23.0
Venezuela	34.5	37.5	25.1	20.5	21.0	30.0
Ásia						
China	21.5	30.1	34.3	40.3	42.0	40.0
Indonésia	7.6	26.7	29.9	32.1	36.0	31.0
Coréia do Sul	9.9	22.4	32.4	36.4	36.0	34.0
Malásia	23.8	30.4	33.2	35.3	37.0	44.0
Filipinas	19.1	25.1	20.4	16.4	15.0	16.0
Tailândia	19.4	22.4	27.5	34.9	36.0	35.0

Fonte: a mesma da Tabela 2.

Tabela 4
Balço das Contas de Transações Correntes antes da Transferência Oficial
(% do PIB)

	1961-70	1971-80	1981-90	1991-97	1995	1996	1997
América Latina							
Argentina	0.1	-0.3	-2.1	-2.1	-0.9	-1,3	-2,8
Brasil	-1.2	-4.3	-1,6	-1.3	-2.5	-3.3	-4.3
Chile	-0.9	-4.1	-6.8	-2.2	0.4	-3.1	-2.4
México	-2.5	-3.3	-1.0	-4.2	-0.5	-0.6	-2.0
Venezuela	-1.4	1.9	2.4	3.3	2.6	13.1	6.9
Ásia							
China	-0.1	-0.4	0.0	0.9	0.2	0.9	2.5
Indonésia	-4.1	-1.2	-3.3	-2.8	-3.3	-3.3	-2.9
Coréia do Sul	-7.1	-5.5	0.6	-2.2	-2.0	-4.9	-2.9
Malásia	1.5	-0.6	-3.2	-6.2	-10.0	-4.9	-5.8
Filipinas	-1.8	-3.8	-4.2	-4.3	-4.4	-4.7	-4.5
Tailândia	-2.3	-3.7	-4.4	-6.4	-8.0	-7.9	-3.9

Fonte: 1960-94 - World Bank, *World Bank Data 1995*; 1995-7 Latin America: *Economic Intelligence Unit, Country Reports*; 1995-97 IMF (1997).

Não há dúvidas quanto à superioridade do Leste Asiático no que diz respeito à inflação, como mostra a Tabela 5. Entretanto, pode-se notar que os déficits governamentais como porcentagem do PIB foram substanciais em ambas as regiões nos anos 70. Nos anos 80, países maiores, como Brasil e México, viram seus desequilíbrios fiscais saltarem para níveis nunca alcançados pelo Leste Asiático (mais de 8%). A única exceção do Leste Asiático foi a Malásia. As baixas taxas de inflação do Leste Asiático podem ser explicadas pelo alto nível de poupança privada.

Tabela 5
Inflação Anual Média de Preços ao Consumidor

	1961-70	1971-80	1981-90	1991-97	1995	1996	1997
América Latina							
Argentina	21.5	141.7	787.0	30.5	1.6	0.1	0.3
Brasil	45.2	36.6	605.1	900.3	22.0	9.1	4.3
Chile	27.2	174.8	20.5	11.7	8.2	6.6	6.0
México	2.7	16.8	69.1	21.3	52.0	27.7	15.7
Venezuela	1.1	8.5	24.9	51.7	56.7	103.2	37.7
Ásia							
China	0.8	1.4	7.5	10.2	10.1	6.8	0.4
Indonésia	210.6	17.5	8.6	8.8	9.0	6.6	11.6
Coréia do Sul	12.5	16.5	6.4	6.1	4.8	4.9	6.6
Malásia	0.9	6.0	3.2	3.7	3.2	3.3	2.9
Filipinas	5.7	14.9	14.6	9.5	11.0	5.2	6.1
Tailândia	2.3	10.0	4.4	5.5	7.4	4.8	7.7

Fonte: 1960-94 - World Bank, *World Bank Data 1995*; 1995-97 - *Economic Intelligence Unit*, Country Reports.

Tabela 6
Orçamento do Governo Déficit/Superávit
(% do PIB)

	1971-80*	1981-90	1991-95	1996
América Latina				
Argentina	-2.6	-3.6	n.d.	-1.1
Brasil	-2.4	-8.8	-2.3	-6.7
Chile	-1.6	-0.4	1.8	2.1
México	-3.1	-8.6	0.4	-0.5
Venezuela	-0.1	-1.4	-2.0	1.0
Ásia				
China	n.d.	-0.2	-1.7	-1.7
Indonésia	-2.4	-1.5	0.4	1.2
Coréia do Sul	-1.7	-0.8	-0.4	0.1
Malásia	-5.7	-6.8	0.6	2.0
Filipinas	-1.1	-3.1	-1.5	0.3
Tailândia	-2.8	-2.1	2.7	2.3

Fonte: 1960-93 - World Bank, *World Data 1995*; 1994-95 - World Bank, *World Development Report*.

Nota: *Argentina, 1980; Brasil, 1980; Chile, 1972-80.

Finalmente, as Tabelas 7 a 9 fornecem um panorama da dívida externa dos países nas duas regiões. Pode parecer, pelos dados da Tabela 7, que o Leste Asiático e a América Latina tiveram dívidas externas similares. Entretanto, a Tabela 8 indica que a baixa razão dívida/

exportações do Leste Asiático resultou de uma habilidade superior deste para sustentar os compromissos. Tendo isso em mente, a Tabela 9, que apresenta a taxa anual de crescimento da dívida externa, mostra que nos anos 90 o Leste Asiático pode ter iniciado o crescimento alimentado por meio de dívida, o qual, como sabemos, teria conseqüências desastrosas.

Tabela 7
Razão Dívida/PIB

	1971-80*	1981-90	1991-95	1996
América Latina				
Argentina	-2.6	-3.6	n.d.	-1.1
Brasil	-2.4	-8.8	-2.3	-6.7
Chile	-1.6	-0.4	1.8	2.1
México	-3.1	-8.6	0.4	-0.5
Venezuela	-0.1	-1.4	-2.0	1.0
Ásia				
China	n.d.	-0.2	-1.7	-1.7
Indonésia	-2.4	-1.5	0.4	1.2
Coréia do Sul	-1.7	-0.8	-0.4	0.1
Malásia	-5.7	-6.8	0.6	2.0
Filipinas	-1.1	-3.1	-1.5	0.3
Tailândia	-2.8	-2.1	2.7	2.3

Fonte: *World Bank Debt Tables*.

Tabela 8
Razão Déficit/Exportação

	1971-80	1981-90	1991-95
América Latina			
Argentina	214.6	497.2	393.2
Brasil	281.0	361.7	295.9
Chile	250.5	316.1	153.0
México	271.7	299.8	215.9
Venezuela	80.7	212.2	194.3
Ásia			
China	4.1	62.2	83.3
Indonésia	185.8	192.8	214.1
Coréia do Sul	135.0	97.5	47.4
Malásia	42.6	90.3	43.5
Filipinas	168.8	281.3	174.5
Tailândia	77.2	127.2	88.0

Fonte: IMF and Economic Intelligence Unit, Country Report (vários volumes).

Tabela 9
Porcentagem do Crescimento Anual do Estoque do Dívida Externa Total

	1972-80	1981-90	1991-97	1995	1996	1997
América Latina						
Argentina	18.8	9.1	8.3	9.7	8.9	2.2
Brasil	29.0	5.3	8.4	6.7	5.2	2.8
Chile	17.1	5.2	3.9	-0.1	12.5	1.4
México	25.7	6.9	7.6	8.0	-3.3	-0.3
Venezuela	42.4	1.5	-1.4	-1.9	-9.1	-13.2
Ásia						
China	n.d.	28.6	17.0	15.3	8.9	1.1
Indonésia	18.3	12.5	10.3	9.8	4.2	8.7
Coréia do Sul	27.5	2.2	25.8	30.0	26.5	9.3
Malásia	29.1	11.1	14.3	7.3	5.0	1.3
Filipinas	25.1	6.0	10.1	11.6	8.7	3.2
Tailândia	26.2	13.3	20.9	30.6	11.7	4.1

Fonte: *IMF and Economic Intelligence Unit, Country Report (vários volumes)*.

Como é freqüentemente mencionado, os países do Leste Asiático não foram mais comportados que os latino-americanos no que diz respeito a crescimento e estabilidade, mas seu crescimento deu-se de forma mais igualitária. Isto é mostrado na Tabela 10, onde está evidente que os coeficientes de Gini para o Leste Asiático foram substancialmente menores que os da América Latina.

Tabela 10
Porção da Renda do Menor e Maior Quantil e Coeficiente de Gini

	Menor Quantil	Maior Quantil	Gini
América Latina			
Argentina (1989)	4.8	52.1	0.36
Brasil (1989)	2.1	67.5	0.57
Chile (1994)	3.5	61.0	0.51
México (1992)	4.1	55.3	0.48
Venezuela (1990)	3.6	58.4	0.54
Ásia			
China (1995)	5.5	47.5	0.41
Indonésia (1993)	8.7	40.7	0.32
Coréia do Sul			0.36
Malásia (1989)	4.6	53.7	0.48
Filipinas (1988)	6.5	47.8	0.41
Tailândia (1992)	5.6	52.7	0.47

Fontes: *World Bank Development Report 1997*; Baer and Maloney (1997).

Interpretações passadas sobre o sucesso do Leste Asiático

O crescimento extremamente rápido das exportações do Leste Asiático estimulou muitas especulações sobre as causas do seu sucesso. Por meio da descoberta das razões por trás do aumento da renda e do padrão de vida esperava-se que “lições” tão evidentes pudessem ser aplicadas a outras regiões, particularmente a América Latina. Na realidade, a comparação entre o sucesso do Leste e dos menos prósperos países em desenvolvimento do Hemisfério Ocidental tornou-se o tópico de incontáveis artigos de revistas da área e de teses de doutorado. Um ponto de vista que atraiu a simpatia dos mais respeitados acadêmicos foi a de que o livre mercado e a economia aberta estariam por trás do incrível crescimento dos padrões de vida asiáticos. Esta explicação tem sido vista com ceticismo por aqueles que têm uma visão mais estruturalista. O último aspecto será explorado posteriormente, enquanto o penúltimo será aqui examinado.

Dentre os mais proeminentes defensores do livre mercado está Anne Krueger, que tem apontado o Leste Asiático como exemplo de política a ser seguida por outras nações. Em geral, Krueger defende que os desvios do livre mercado levam a grandes perdas de bem-estar. (Krueger, 1974) Em particular, ela sustenta que as economias de livre mercado voltadas para o setor externo evitam o “*stop-go*” gerado por crises da balança de pagamentos, típico dos países seguidores do regime de substituição de importações, que se encontram constantemente em situações de crise cambial. (Krueger, 1990) A autora esforça-se em defender que as políticas dos exportadores não favoreceram nenhuma indústria em específico, mas foram elaboradas com vistas a aumentar as vendas no exterior como um todo. Os governos tiveram algumas restrições a importações provindas de períodos anteriores voltados para o desenvolvimento interno, e foram estas distorções ao livre mercado que fizeram com que os comandantes destas políticas voltassem atrás, removendo tais restrições de forma a proteger a classe dos exportadores que necessitavam de insumos estrangeiros. Entretanto, tal intervenção burocrática não favorecia nenhum setor em específico. “*É incorreto apregoar que o governo decidiu quais bens deveriam ser incentivados para exportação nos primeiros anos de políticas voltadas para o setor externo. Subsídios para exportação, subsídios para o crédito e isenção de impostos foram aplicados para todos os exportadores.*” (Krueger, 1990, p. 109) O que realmente aumentou as exportações, na visão da autora, foi a segurança da lucratividade para as firmas exportadoras de sucesso. (Krueger, 1990, p. 109) Este ponto tem sido fonte de bastante controvérsia e retornaremos ao mesmo mais adiante.

Krueger especulou que a abertura da economia via comércio (na sua visão, bastante salutar) tem o efeito de liberar outros mercados na economia, desde que as distorções

causadas pela intervenção tornem-se mais visíveis. Isto se dá devido ao fato de que os efeitos de tais políticas, quando vistos à luz da competição, tornam-se mais aparentes e, portanto, inaceitáveis. No caso da Coréia, à medida que o crescimento progredia, a repressão financeira diminuiu em intensidade e o racionamento ao crédito teve uma menor “influência no sentido de deslocar o capital” após 1964. Novamente, a implicação destas políticas ao crédito direto era nociva ao crescimento, ao passo que um sistema financeiro aberto seria a melhor forma de elevar o produto. Esse processo de abertura foi descrito por Krueger, em Corbo, Krueger e Ossa (1985), onde ela defende que a Coréia atravessou um processo de abertura e liberalização e que o “*crescimento não estava baseado apenas no boom do setor exportador: a economia experimentou uma transformação estrutural assim que todos os segmentos da atividade econômica foram expostos à influência da economia internacional.*” (p. 193) Assim sendo, a causa do sucesso do Leste Asiático, em termos mais amplos, parece clara: permitir a abertura para um regime externo o mais livre possível, derrubar todas as barreiras ao comércio e às importações, o que resultaria numa pressão competitiva, levando à liberação dos mercados domésticos e, por conseguinte, embarcando a nação em um círculo virtuoso. Seria essa uma representação apurada do que ocorreu no Leste Asiático no passar de três décadas?

Gustav Ranis examinou o sucesso da Coréia e de Taiwan e observou que o crescimento foi resultado de inúmeros fatores. (Ranis, 1993) Em particular, a fase inicial de substituição de importações foi moderada (novamente, uma ausência relativa de intervenção governamental). A intervenção do governo em certas frentes foi importante para P&D e desenvolvimento de infra-estrutura institucional. Também a instituição da lucratividade industrial via patentes e direitos autorais é apontada como fator positivo no crescimento destas duas nações. (Ranis, 1993, p. 531) Entretanto, estas atividades constituíram uma forma de provisão de bem público que provoca uma certa controvérsia.

Outro defensor do livre mercado como ingrediente essencial ao desenvolvimento é John Fei, que afirma que “*a causa básica do sucesso dos países de industrialização recente do [Leste Asiático] e de suas políticas seria a diminuição da intervenção governamental no mercado durante a fase de desenvolvimento orientada para exportação. Em Taiwan e na Coréia, a interferência no mercado foi consideravelmente menor se comparada aos mais agressivos países de industrialização recente e os países latino-americanos.*” (In Wade, 1990, p. 22-23)

Segundo David Aikman, Hong-Kong e Coréia “*demonstram o quão fiéis, conscientemente ou não, as regras destes dois países têm sido às concepções americanas de livre empreendimento.*” (Aikman, 1986, p. 24) Em seu *The East Asian Miracle* (World Bank, 1993), Edward Chen argumenta que no Japão, Hong Kong, Cingapura, Coréia e

Tailândia a intervenção do Estado é mínima. *“O que o Estado tem provido é simplesmente um ambiente adequado para os empresários exercerem suas funções.”* (World Bank 1993, p. 82) Charles Wolf achou *“um fato surpreendente é que as poucas economias em desenvolvimento com sucesso, como Hong Kong, Malásia, Cingapura, República da Coréia, Taiwan e a China, tenham tido grandes benefícios de decisões e políticas que limitam o papel do governo nas decisões econômicas, em vez de permitir aos mercados - não obstante suas imperfeições e falhas - exercerem um papel decisivo em determinar a destinação de recursos.”* (p. 82)

Ao lado deste posicionamento acadêmico, de que os exportadores asiáticos estavam implementando políticas de livre mercado com sucesso, havia muitos observadores no setor privado e público que acreditavam neste “modelo” de desenvolvimento e que falharam em antever os possíveis tipos de problema que poderiam afetar a região em 1997-8. Por exemplo, o Fundo Monetário Internacional falhou em prever a crise em vários textos internos e relatórios publicados. No relatório *World Economic Outlook*, de novembro de 1996, o FMI escreveu que *“na Malásia e Tailândia, espera-se que o arrocho inicial das políticas monetárias seja sentido com mais intensidade na última parte de 1996, à medida que o crescimento se desacelere algo mais, reduzindo o risco de um superaquecimento da economia.”* (p. 27-28) Em seu *World Financial Markets*, de 27 de setembro de 1996, J. P. Morgan previu que o *ringgit* malasiano iria se valorizar, já que o Banco Central elevou substancialmente a taxa de juros e que aparentemente tinha possibilidade de controlar grandes oscilações na economia. Este mesmo relatório elogiou a administração da economia por parte do governo da Indonésia, especialmente sua “credibilidade” monetária e diversificação da base exportadora. A fonte de qualquer volatilidade esperada não seria econômica ou financeira *per se*, mas sim política, com a esperada sucessão presidencial sendo a causa de qualquer flutuação na moeda.

O relatório da economia *Intelligence Unit* sobre a Indonésia, no seu *Country Report* de 14 de fevereiro de 1997, previu que *“ainda que as tensões sociais continuem a erodir a confiança nos negócios já abaladas pela recente violência e alguns afastamentos surpreendentes da economia ortodoxa - a manutenção da estabilidade política ajudará a sustentar o rápido crescimento. É esperado que a taxa do crescimento do PIB se acelere de 7.8% em 1996 para 8.2% em 1998. As políticas conservadoras monetária e fiscal irão assegurar, adicionalmente, que o crescimento das pressões inflacionárias, estimuladas pela aceleração no crescimento da demanda, seja contido. Embora um aumento adicional do déficit em transações correntes pareça inevitável, a Indonésia não terá problemas sérios em cobrir sua crescente necessidade de financiamento por meio de empréstimo e investimento externo.”*(p. 6)

Assim, a posição dos intérpretes do livre mercado é clara. O Leste Asiático experimentou um crescimento sem precedentes como resultado de deixar o mercado tomar as decisões da destinação dos recursos e de manter o governo com o papel mínimo. Manter os preços “certos” foi o resultado encontrado, e isto levou, de acordo com este ponto de vista, ao desenvolvimento rápido sem precedentes alcançado pelos exportadores asiáticos.

Céticos

Nem todos os analistas concordam com esta avaliação. Alguns notaram que o governo estava ativamente envolvido no sentido de remover estes países da condição de economias agrícolas e levá-las à condição de nações industrializadas, com padrões de vida mais altos do que teria sido obtido de outra forma. De acordo com Amsden, o crescimento da Coreia “*é um clássico exemplo de industrialização tardia ... este envolveu um alto grau de intervenção estatal para se obter preços relativos ‘incorretos’ a fim de superar as penalidades do atraso.*” (Amsden, 1989, prefácio) Na realidade, um estudo feito por Colin Bradford (1987) não encontrou diferença perceptível em um índice geral de distorção de preços entre um grupo seletivo de economias, ambas interna e externamente orientadas.

Amsden prossegue em sua análise descrevendo o amplo papel do governo na economia coreana. O governo encorajou o empresariado a entrar em indústrias específicas e proveu incentivos na forma de crédito direto e limite ao número de entrantes. “*A iniciativa à entrada de novos ramos de indústrias veio primeiramente da esfera pública. Desconsiderando os anos 50, quando as políticas econômicas na Coreia estavam praticamente todas sob controle estrangeiro, toda a grande mudança em termos de diversificação da indústria nas décadas de 60 e 70 foram estimuladas pelo Estado. O Estado encabeçou os primeiros projetos de substituição de importação de cimentos, fertilizantes e fibras sintéticas - o último aumentando fortemente a lucratividade da superexpandida indústria têxtil. O governo também manteve ativas algumas fábricas não lucrativas herdadas do período colonial, fábricas que acabaram fornecendo o pessoal-chave para as modernas indústrias de maquinaria geral e naval, as quais o Estado também promoveu.*” (p. 80-81) O governo, em troca, exigiu desempenho, particularmente na área de exportações. Rodrik, citando Westphal (1990), descreve como o Ministério do Comércio na Coreia tinha metas de exportação para ambas - firmas e indústrias -, que eram monitoradas numa base diária. Claramente a Coreia não representa um exemplo de nação que cresceu por meio de políticas de *laissez-faire*.

Intervenções similares são também o caso de outras nações, tais como o Japão. O vice-ministro do Ministério da Indústria e do Comércio Externo foi citado como tendo afirmado

que no pós-guerra o governo “*decidiu estabelecer no Japão indústrias que exigissem emprego intensivo de capital e tecnologia, indústrias que, considerando-se o custo comparativo, deveriam ser as mais inadequadas para o Japão, tais como a de aço, refino de petróleo, petroquímicas, automobilísticas, maquinaria industrial de todos os tipos, eletrônicas e eletrônicas de computadores.*” (citado em Eatwell, 1991, p. 345-346) Henry Rosovsky observa que o Japão “*deve ser o único país capitalista no mundo no qual o governo decide quantas firmas devem existir em uma dada indústria e toma as providências para conseguir o número desejado.*” (Apud Wade, p. 23) Estas observações contrastam com as de Krueger de que tudo o que os governos fizeram nas economias dos tigres asiáticos foi o de prover os incentivos para exportadores em geral, ao invés de favorecer setores específicos.

As outras nações do Leste Asiático que cresceram via exportações também tiveram grande parte de seus produtos destinados para diferentes setores por meio de intervenção governamental. Alguns observadores acreditam que promover e subsidiar certas indústrias seletivamente foi a causa real do crescimento das economias dos tigres asiáticos. Wade (1990) distingue três escolas de pensamento. A primeira é a da explicação do crescimento via Livre Mercado (LM) e que defende, claramente, que o sucesso das economias asiáticas proveio da ausência do governo. A segunda é o ponto de vista do Mercado Simulado (MS), cujos adeptos afirmam que as únicas intervenções estatais foram aquelas destinadas a superar as distorções anteriores causadas por instituições ineficientes, tais como mercados financeiros segmentados. Finalmente, a teoria de desenvolvimento do Mercado Governado (MG), na qual o Estado interage com o setor privado para garantir que certas indústrias tenham seus incentivos, tais como preços e, em particular, o investimento necessário para o sucesso no mercado global.

É importante mencionar um aspecto na discussão sobre estas intervenções. Krueger afirmou que a maior contribuição do governo não foi promover certas indústrias mas, como antes notado, aumentar a lucratividade das exportações da indústria como um todo. “*O comprometimento do governo em exportar foi uma garantia implícita da lucratividade de firmas exportadoras bem-sucedidas.*” (p. 108) Entretanto, o exame de Rodrik (1997) acerca da lucratividade do setor exportador do Chile, Turquia, Taiwan e Coréia do Sul apresenta uma visão diferente: enquanto os dois penúltimos países experimentaram crescimento substancial dos seus setores exportadores, nenhum deles, especialmente a Turquia, é conhecido como um superexportador. Ademais, o preço relativo das exportações nas duas penúltimas economias cresceu substancialmente mais do que nas duas últimas economias asiáticas. Portanto, um aumento na lucratividade do setor exportador não pode explicar por que Taiwan e Coréia foram tão bem relativamente a

outras economias em desenvolvimento com exportações crescentes. A intervenção governamental é vista, então, como mais uma explicação plausível.

Em *The East Asian Miracle* o Banco Mundial reconhece que intervenções seletivas tiveram um papel no processo de crescimento. Um exemplo de tais intervenções é a concessão de poder de mercado, crédito e outros subsídios destinados a indústrias em troca da participação em “competição” econômica. O objetivo de tais arranjos foi permitir a cooperação entre o Estado e os negócios e colher os benefícios disto sem sucumbir ao perigo da ineficiência que tais negociações podem impor. Por exemplo, como compensação por apresentar ordens de exportação, as firmas poderiam ser premiadas com crédito comercial a taxas menores que as de mercado. Por prover estratégias industriais com empréstimos a baixas taxas, os bancos receberiam, em troca, proteção em termos de restrição de entrada de novas firmas no setor (um ponto que certamente contribuiu para a crise de 1997 e que não foi mencionado por adeptos do livre mercado). Por exemplo, “*o Banco do Japão criou um concurso no qual os bancos comerciais competiam para prover serviços financeiros afinados com as políticas governamentais - por exemplo, abrindo agências na área rural na esperança de obter licenças muito disputadas para novas agências urbanas. O concurso também deu aos bancos fortes incentivos para submeter-se a regras administrativas não obrigatórias para seus empréstimos: os bancos que deixaram de cumprir a orientação sobre o spread entre depósito e empréstimo não tinham permissão para expandir sua rede de agências.*” (World Bank, 1993, p. 95-96)

O objetivo principal de tais empréstimos era, entretanto, o aumento das exportações. Em princípio, as companhias que mostrassem comprovação de pedidos de exportação poderiam receber crédito premiado racionado. Mesmo quando estas economias amadureciam, as competições ainda desempenhavam o seu papel. Por exemplo, nos anos 70 e 80 muitos países asiáticos bem-sucedidos ainda sofreram restrições à exportação voluntária (REV) por parte dos países desenvolvidos. Alguns países destinaram quotas aos exportadores de acordo com a fração de mercado anterior à imposição do REV. Entretanto, Coreia, Malásia, Cingapura e Taiwan distribuíram equitativamente parte da quota com base na fração de mercado anterior e o restante como um prêmio àqueles que exportavam a maior parte em outros mercados irrestritos. (Ver World Bank, 1993, p. 98 para mais detalhes) Assim, havia intervenção combinada com incentivo como forma de eliminar ineficiências que as interferências governamentais pudessem trazer.

Os defensores do livre mercado têm, consistentemente, sustentado que o crescimento foi resultante das exportações. Entretanto, existem muitos exemplos no Leste Asiático que mostram que as intervenções foram a principal força por trás do crescimento das

exportações. Assim, não se pode afirmar com certeza que o capitalismo de “parceria” e a intervenção, que muitos culpam pela crise de 1997-98, são um fenômeno recente.

O governo também influenciou fortemente as decisões de investimento. No caso da Coreia, Amsden observou que “... a expansão econômica depende de intervenção estatal para criar distorções de preço que direcionem a atividade econômica para maiores investimentos. A intervenção estatal é necessária até nos casos mais plausíveis de vantagem comparativa, porque o ativo principal do atraso baixos salários é contrabalançado por altos encargos.” (Amsden, 1989. p. 14) De fato, os sistemas financeiros proveram companhias de capital de baixo custo, de modo que, mais do que o mercado, estes deteminaram o montante de investimento que ocorreria.

Para financiar estes investimentos, a poupança doméstica teria que ser mobilizada. Longe de deixar esta decisão para o mercado, os governos asiáticos tomaram certas medidas, tais como estabelecer instituições de poupança postal para fornecer às famílias um lugar seguro para depositar suas poupanças. Segundo Edwards (1997), “os dados do rápido crescimento dos países do Leste Asiático sugerem que inúmeros desenvolvimentos institucionais nestes países - incluindo uma prudente e eficiente supervisão e o encorajamento das poupanças postais afetaram positivamente as poupanças privadas.” (p. 74) Japão, Coreia, Malásia, Cingapura e Taiwan criaram tais instituições de poupança postal. Indo mais além, alguns governos forçaram a adoção de planos de poupança. Estes, em geral, tomam a forma de contribuição obrigatória a um fundo de pensão. Japão, Malásia e Cingapura também se utilizaram destes programas. Um estudo do Banco Mundial verificou que tais planos não tiveram nenhum efeito compensatório sobre as poupanças, enquanto em outro estudo o efeito compensatório encontrado foi pequeno. Por outro lado, um estudo do plano da Malásia mostrou que este realmente teve um efeito positivo (ver World Bank, 1993, p. 218-221 para mais detalhes).

Esta intervenção na área da poupança e investimento é particularmente importante à luz do artigo de Krugman “The Myth of the Asian Miracle” (Krugman, 1994) De acordo com Krugman, o tamanho do crescimento dos “Tigres” Asiáticos não pode ser atribuído a ganhos de produtividade, mas à pura acumulação de capital. Assim, as misteriosas externalidades provindas do fato de estes serem abertos aos mercados internacionais não são os determinantes principais do crescimento. Conseqüentemente, as políticas governamentais para aumentar a acumulação de capital são os fatores mais importantes. Um corolário, entretanto, resulta dos retornos decrescentes do capital. Em certo ponto, o crescimento deve diminuir à medida que os ganhos advindos de investimentos são gastos.

A crise

A crise começou em 2 de julho de 1997, quando a Tailândia sucumbiu a um ataque especulativo da sua moeda, o baht, que sofreu uma desvalorização de 10%. O baht tinha sido indexado ao dólar, e durante os dois anos anteriores a força do dólar em relação ao yen japonês tinha prejudicado a posição externa da Tailândia, uma vez que o Japão era o seu maior parceiro comercial. A Tailândia tinha uma grande sobrecarga de débito de curto prazo e estava sofrendo os efeitos do rompimento da bolha de preço-propriedade. O baht sofreu um ataque em 1996 e novamente no início de 1997, mas o Banco da Tailândia foi capaz de defender a paridade com sucesso. O contínuo alto déficit em conta corrente tinha convencido os atuais investidores de que o baht estava prestes a cair. Não obstante, em maio a moeda voltou a sofrer pressões. Após ter inicialmente aplicado uma política monetária severa e imposto um controle nas trocas, o governo tailandês falhou em sua tarefa de convencer os mercados financeiros acerca da viabilidade da paridade e passou a sofrer uma grande saída de capitais. Por este motivo, o governo permitiu que a moeda flutuasse. (Para mais detalhes, ver International Monetary Fund, 1997)

Outras economias da região, que anteriormente estavam sendo o centro das atenções da comunidade acadêmica e de negócios, começaram a ser vistas com certa cautela, de forma similar à Tailândia. A Malásia e a Indonésia, bem como a Tailândia, eram economias de rápido crescimento, com preço de ativos inflacionados, poderosas corporações e taxas de câmbio indexadas ao dólar, juntamente com crescente déficits em conta corrente. Filipinas, apesar de não ser considerada um “tigre”, foi outro país da região que experimentou (pelos padrões filipinos) forte crescimento e déficit comercial crescente. As Filipinas seriam o primeiro vizinho a sucumbir à pressão especulativa, deixando de lado o seu câmbio indexado, na prática, ao dólar em 11 de julho. A Malásia e a Indonésia o fizeram em seguida (após duas semanas).

Acreditava-se que a Coreia já havia superado o *status* de país em desenvolvimento, e realmente esta possuía a décima primeira maior economia do mundo. Sua moeda, o won, não permaneceu fixa como nas outras da região, podendo flutuar (embora o movimento máximo permitido por dia era menos de 5% até 20 de novembro de 1997). Entretanto, sofria também de uma grande dívida externa de curto prazo e de um crescente déficit em conta corrente. Suas companhias, bem como as dos países menos desenvolvidos da região, lutaram para comprar dólares e pagar suas obrigações. Isso deu início a um ciclo vicioso, aumentando a pressão sobre o won e tornando ainda mais difícil a tarefa de pagar os empréstimos dolarizados. Em dezembro, o país sofreu a humilhação de pedir auxílio ao FMI, dado que sua dívida de curto prazo era 14 vezes maior que suas reservas.²

2 *The Wall Street Journal*, 9 de Janeiro de 1998, p. A11.

O Japão, a maior economia da região, foi incapaz de responder, com apoio efetivo, às dificuldades da Ásia. Na verdade, expôs-se ao sofrimento com a crise, pois tinha muito comércio com as nações que experimentavam os problemas. Seus bancos eram os principais credores das companhias e agências daqueles países. Na realidade, existiam preocupações de que um calote coreano poderia causar problemas para os bancos japoneses, que já estavam precariamente lotados com dívida ruim. Em novembro de 1997, a taxa de juros japonesa baixou e o mercado de capitais caiu 15%. Isto criou maior tensão no setor financeiro, já que os bancos contavam com as ações detidas pelos clientes como garantia, e tinham também ações como parte de seus próprios ativos.

À medida que a crise progredia, problemas institucionais que eram ignorados pelos defensores do crescimento do Leste Asiático pelo “livre mercado” passaram a ser expostos. O sistema financeiro japonês depende dos bancos em maior extensão do que outros países como, por exemplo, os Estados Unidos, onde o mercado financeiro é razoável pela alocação de uma maior porção do capital. O sistema permitiu que a bolha de propriedade se desenvolvesse, com os bancos emprestando livremente para fins de construção e não se preocupando suficientemente com o risco de tais empréstimos, desde que a propriedade servisse como garantia. Quando os preços das ações estouraram em 1990, a garantia era inadequada e o país encontrou-se mergulhado em dificuldades financeiras, das quais teria que sair rapidamente.

A Indonésia e a Malásia são dois outros países cujas fragilidades institucionais foram colocadas à mostra quando a crise começou. Estes países também têm sistemas financeiros que alocam fundos baseados em relacionamentos políticos e favores governamentais, mais do que na análise de crédito padrão encontrada nas nações ocidentais. Enquanto o Leste Asiático era tido como exemplo de livre mercado, em contraste com o “capitalismo de parceria” que se acreditava ser a raiz de muitos dos problemas da América Latina, a crise veio revelar que muitos são os culpados na região asiática pela maioria das práticas anticompetitivas. A Indonésia, em particular, resistiu aos esforços do FMI de fazê-la abandonar alguns dos seus estimados *shenanigans* relacionado com a família Suharto. Os parentes e amigos do presidente têm sido responsabilizados por tentar construir aeronaves, automóveis, bem como bancos. Inicialmente, foi prometido ao FMI que tais práticas cessariam, mas houve tentativas de contornar as condições impostas pela agência. A Malásia, outrora elogiada por seu rápido crescimento, tornou-se conhecida pelo papel de suas grandes empresas estatais na geração da crise. Enquanto os países da América Latina, tais como Argentina e Brasil, sofreram alta nas taxas de juros, seguida da crise do peso em 1994, a Malásia resistiu a tentativas de aumentar as suas taxas de juros. O Primeiro Ministro, Mahathir Mohamed, culpou os especuladores externos pela desgraça do seu país.

A Coréia é também um caso onde a crise de 1997 colocou em evidência muitas fragilidades institucionais. Grandes conglomerados, conhecidos como *chaebols*, dominaram a estrutura industrial do país. Estas companhias mantinham uma ampla variedade de negócios distintos e eram bastante influentes quando a crise irrompeu. Agora que o país está tumultuado, estas estão sendo responsabilizadas por sufocar o nascimento de pequenos competidores, o que promoveria um ambiente empresarial competitivo. Da mesma forma, os *keiretsus* japoneses, onde firmas mantinham ações dos fornecedores de cada uma das outras, e que eram anteriormente aclamados como arranjos superiores aos da supremacia acionista ocidental, agora são chamados de ineficientes, e uma forma de isolar-se das pressões do mercado. Em suma, muitos países no Leste Asiático tiveram seus mercados abalados por plutocratas bem conectados e os entusiastas do livre comércio perderam este traço da paisagem.

A raiz do problema

À luz dos eventos de 1997-8, é muito difícil encontrar um observador que irá sustentar que os Tigres Asiáticos se beneficiaram de governos prudentes. *The Economist*, de 7 de março de 1998, listou seis mitos do sucesso asiático, sendo o principal o de que o Estado manteve-se pequeno e que houve um bom governo na região. O artigo explica que quase todas as nações da região têm usado políticas industriais. Subsídios e tratamento tributário especial, mais que uma exceção, foram a regra para o sucesso de indústrias em muitos países. Regulação excessiva propiciou o surgimento do mercado negro. Segundo uma estimativa, na Indonésia e na Tailândia este setor corresponde a 30-50% da atividade econômica, e de 20-30% na Malásia, Coréia e Taiwan. A penetração do governo foi fácil de passar despercebida para muitos economistas, uma vez que o gasto do governo raramente constituía mais de um quinto do produto na região, em contraste com 30 a 40% para a América Latina. Olhar somente para os números disponíveis, mais do que para as instituições, leva a perder de vista o ponto principal da questão.

O artigo prossegue apontando que uma das áreas mais influenciadas pelo governo foi o da criação e alocação do crédito. A repressão financeira era comum em muitos países. O artigo "The East Asian Miracle" discute isto em detalhes. Enquanto as taxas de juros reais não estavam negativas para, pelo menos, algumas regiões, tal como a América Latina, elas ainda tendiam a ficar abaixo do nível de mercado. A Coréia, por exemplo, teve taxa de juros doméstica real negativa até 1964, e taxas baixas a partir daí (o Japão teve taxa de juros real negativa até 1983!). A distância entre empréstimo e depósito era, assim, firmemente controlada. Os bancos estavam habitualmente protegidos da competição. Essa

proteção foi um artifício regulatório destinado a encorajar um comportamento mais prudente, mas também para forçar os bancos a emprestar a clientes que se favoreciam do governo. Essa forma de supervisão foi preferida para a consecução dos padrões necessários, uma vez que ela não permitia aos reguladores o tipo de influência sobre as instituições para obtenção de empréstimos para parceiros e amigos. Por exemplo, um banco que falhasse em seguir as direções oficiais do governo não deveria ter a permissão de abrir uma agência numa área desejada, ou ter novas agências concorrentes abertas na região. (Ver World Bank, 1993, p. 215-216 para mais detalhes).

Uma outra seção do mesmo relatório do World Bank descreve como os investimentos foram levados a diminuir o risco privado dos investidores. “*Mecanismos para compartilhar o risco apareceram em formas diversas - cartéis de recessão no Japão, arranjos entre firmas e bancos na Coreia, repressão financeira para recapitalizar as firmas na Malásia, sinalização de prioridades e intenções políticas por meio do sistema de crédito direto no Japão, Coreia e Taiwan, ... e garantia de crédito para pequenas e médias empresas no Japão, na Coreia e em Taiwan.*” (World Bank, 1993, p. 233) É desnecessário mencionar que embora tenha havido benefícios nos estágios iniciais de desenvolvimento, eles também levaram a excesso de investimento e falta de atenção para o risco excessivo em certos projetos, especialmente o imobiliário.

O artigo da *The Economist* também discute o investimento como um fator na crise. Altas taxas de poupança e investimento também foram outra razão que levou a Ásia a ser apontada como um exemplo para outros países em desenvolvimento. A taxa de câmbio administrada de vários destes países barateou o influxo de capital. Entretanto, com um volume tão grande de reservas para ser investido a baixo custo, houve poucos projetos viáveis para se gastar o dinheiro. Como resultado, o investimento foi para o mercado imobiliário, como antes apontado, e para projetos pobres, tais como iniciativas estatais para carros, aviões e outros empreendimentos de indústrias pesadas. Talvez devido à sua reputação como dínamo econômico, os tigres eram capazes de exercer tais atividades por um longo período de tempo sem levantar suspeita dos investidores. Houve um *boom* nos preços dos ativos como resultado e vulnerabilidade para um choque externo.

Outro mito asiático era o de que a transparência financeira e a regulação prudente eram, de longe, superiores às da maior parte no mundo. Por exemplo, no *Milagre* é dito que “*a não execução dos empréstimos tem sido menos problemática para as dinâmicas economias da Ásia do que para muitas das economias em desenvolvimento. Um estudo de doze economias latino-americanas encontrou que empréstimos não executados somam aproximadamente 14% do total de empréstimos em 1987*” (World Bank, 1993, p. 213), e

embora números comparáveis não sejam fornecidos para a Ásia, somos levados a crer que é muito menor. Outra evidência apresentada acerca da superior prudência na regulação dos bancos do Leste Asiático é o fato de que todos os tigres cumpriam os padrões do acordo de Brasília no que diz respeito a níveis de capital, enquanto na América Latina somente o Equador o fazia na época da publicação (1993). Entretanto, o estudo segue mencionando que muitos bancos na região fizeram empréstimos tendo como garantia bens imóveis, e que este era um risco óbvio no caso de um colapso imobiliário que os reguladores estavam tentando administrar. Era difícil impor novas regulações, uma vez que *“companhias são observadas de perto e as regras de denúncia são geralmente fracas. Mais ainda, em muitas economias, notavelmente na Indonésia, no Japão e na Tailândia, os bancos e firmas tendem a ter suas propriedades interligadas.”* (World Bank, 1993, p. 214)

Assim, apesar de toda a sua reputação de governo mínimo, transparência financeira, regulação prudente e, por outro lado, proibidade econômica, os Tigres Asiáticos padeceram de muitos dos problemas, tais como excessiva intervenção, jogo de influência e mau governo, que atingiram outros países em desenvolvimento (desenvolvidos). Seria difícil encontrar um analista que viesse a contestar isso no presente (1998). Mas, somente há pouco mais de um ano quase todos os observadores do *mainstream* elogiavam estes países e falharam em prever a crise.

Conclusão

O sucesso do Leste Asiático desde do início da década de 60 impeliu observadores a comprar a idéia de que as políticas da região seriam exemplos a serem seguidos. A América Latina, em particular, é eleita como o continente dos *“bad boys”*, onde a economia estava doente e precisava dos remédios dos regimes econômicos dos seus parceiros do Leste Asiático. Um exemplo deste tipo de raciocínio pode ser encontrado em Ranis (1981, p. 204), quando este discute a emergência dos países semi-industrializados:

“A partir de um investigação sumária, entretanto, ficamos convencidos que existem dois tipos de países semi-industrializados a serem considerados: um, que de forma simplificada - e imperfeita -, pode ser chamado de tipo “latino-americano” e, outro, o do tipo do Leste Asiático.”

“Esta distinção focaliza-se em duas dimensões importantes e relacionadas - uma que tem a ver com diferenças marcantes no sucesso subjacente da sua performance da indústria exportadora e outra com o

balanço interno entre crescimento e resultados distributivos. Mais ainda, devemos examinar as causas da divergência, que se encontram em parte nas diferenças na condição de recursos e em parte na natureza da escolhas de políticas feitas através do tempo nos dois subconjuntos de países.”

Agências oficiais, tais como o FMI, têm igualmente apresentado a proeza econômica asiática contrastando-a com as falhas perceptíveis dos países latino-americanos. Um exemplo disso é a comparação entre a Coreia e o Brasil na edição de maio de 1985 da revista *World Economic Outlook* (p. 48).

“Uma comparação da performance econômica do Brasil e da Coreia nos últimos trinta e cinco anos fornece uma imagem poderosa da contribuição que políticas macroeconômicas estáveis, reformas estruturais e orientação para o mercado externo podem produzir no sentido de sustentar um alto crescimento. Durante os anos 60 e 70, as rendas per capita eram bastante similares e o crescimento do PIB estava, em média, em torno de 9% ao ano em ambos os países. As políticas comerciais eram também similares no final dos anos 60 e início dos anos 70, quando ambos os países promoveram seus setores exportadores e experimentaram aumentos substanciais nas exportações. No início dos anos 80, entretanto, as suas taxas de crescimento divergiram e nos últimos dez anos o PIB real na Coreia cresceu mais de duas vezes mais rápido que no Brasil. Como resultado, a renda real na Coreia é quase duas vezes mais alta que a do Brasil.”

Por que tantos economistas do *mainstream* e instituições internacionais avaliaram tão erroneamente a performance das economias do Leste Asiático? Há, possivelmente, inúmeras explicações. Uma delas pode ser atribuída ao estado atual da profissão de economista. Por mais de meio século o dedutivismo tem sido dominante. Isto tem resultado no desenvolvimento de análises altamente sofisticadas e técnicas quantitativas que levaram os profissionais a concentrarem suas atenções no fenômeno facilmente quantificável. Paralelamente, fatores menos fáceis de serem quantificados têm sido negligenciados, tais como a operação das instituições, tanto públicas como privadas.

Como um exemplo disto, considere que muitos defensores do modelo do Leste Asiático como paradigma do livre mercado afirmavam que o Estado era pequeno nessas regiões. Isto se baseava no fato de que o gasto governamental em relação ao PIB era relativamente baixo. Entretanto, uma análise cuidadosa de observadores não pertencentes ao *mainstream*,

tais como Amsden e Wade, têm mostrado que houve um número substancial de intervenções por parte do Estado nestas economias. Um outro exemplo é que as economias do Leste Asiático eram consideradas abertas ao comércio e a investimentos estrangeiros. Contudo, um exame das restrições à propriedade estrangeira e controle de importações mostra que esta tem sido uma interpretação errônea. Tais exemplos sugerem que uma maior atenção ao indutivismo é justificada.

Tendo em vista que o Leste Asiático tinha a reputação de economias que seguiam políticas prudentes, evidências contrárias não alarmavam os analistas do *mainstream*. Como exemplo, Vittorio Corbo e Leonardo Hernandez sumariam as preocupações-padrão com respeito ao influxo de capital em seu “*Macroeconomic Adjustment to Capital Flows: América Latina versus East Asian Style*.” A falha em sustentar uma relação razoável déficit em conta corrente/PIB no longo prazo, em monitorar a saúde do sistema financeiro e manter estável a taxa de câmbio real eram mencionados como sinais de alarme. À luz desses fatos, não deveríamos ter esperado que os economistas dessem mais sinais de alarme, após meados de 1995, quando o dólar começou a apreciar em relação ao yen, enquanto os países como a Tailândia e a Malásia continuaram a incorrer em um amplo déficit em conta corrente como proporção do PIB? Quando houve um dramático crescimento do déficit em conta corrente, que era baseado em projeções otimistas de crescimento em exportação, e as exportações, na realidade, cresceram a uma taxa mais lenta, os *experts* deveriam ter soado o alarme de uma crise iminente. Mesmo assim, pouca atenção foi dada a essa questão até o ataque ao baht em meados de 1997. Pelo contrário, o público estava ofuscado pelo “Mito Asiático”

Bibliografia

- Aikman, David. *The pacific rim: area of change, area of opportunity*. Boston: Little, Brown, 1986.
- Amsden, A. *Asia's next giant: South Korea and late industrialization*. New York: Oxford University Press, 1989.
- Baer, Werner, and Maloney, William. Neo-liberalism and income distribution in Latin America. *World Development*, March 1997.
- Bradford, Colin. East Asian model: myths and lessons. In: Lewis, J. and Kallab, V. (eds.), *Development strategies reconsidered*. Overseas Development Council, New Brunswick: Transaction Books, 1986.

- Eatwell, J. e al. (eds.) New Palgrave Series. The World of Economics. New York: W. N. Norton, 1991.
- Edwards, Sebastian. Why are Latin America's savings rates so low? An international comparison analysis. In: Burki, S., Edwards, S. and Ayer, S. (eds.), *Annual World Bank, Conference on Development in Latin America an the Caribbean*. Washington, D.C.: The World Bank, 1997
- Fei, John C. Evolution of growth policies of NICs in a historical and typological perspective. Conference on Patterns of Growth and Structural Change in Asia's Newly Industrializing Countries (NICs) and Near-NICs in the Context of Economic Interdependence, East-West Center, Honolulu, April 3-4, 1983.
- International Monetary Fund. *World economic outlook*. November 1996.
- _____. *World economic outlook, interim assesment: crisis in Asia, regional and global implications*. December 1997.
- J. P. Morgan. *World financial markets*. September 27, 1996.
- Krueger, Anne O. The political economy of the rent-seeking society. *American Economic Review*, p. 291-303, June 1974.
- _____. The experience and lessons of Asia's super-exporters. In: Corbo, V., Krueger, A. and Ossa, F. (eds.), *Export-oriented development strategies*. Boulder and London: Westview Press, 1985.
- _____. Asian trade and growth lessons. *American Economic Review*, v. 80, p. 108-112, May 1990.
- Krugman, Paul. The myth of Asia's miracle. *Foreign Affairs*, p. 62-78, November/December 1994.
- McGuire, James W. Development policy and its determinants in East Asia and Latin America. *Journal of Public Policy*, v. 14, p. 205-42, 1995.
- McGuire, James W. and Campos, Nauro. Rethinking development: concepts, policies and contexts. In: McGuire, James W. (ed.), *Rethinking development in East Asia and Latin America*. Los Angeles, CA: Pacific Council on International Policy, 1997.
- Ojimi, V. Japan's industrialization strategy. In: *Japanese industrial policy*. Paris: OECD, 1970.
- Ranis, Gustav. Challenges and opportunities posed by Asia's superexporters: implications for

- manufactured exports from Latin America. In: Baer, W. and Gillis, Malcolm (eds.), *Export diversification and the new protectionism: the experiences of Latin America*. National Bureau of Economic Research and the Bureau of Economic and Business Research, University of Illinois, 1981.
- _____. Another look at the East Asian miracle. *World Bank Economic Review*, v. 9, p. 509-34, 1993.
- Rodrik, Dani. The 'paradoxes' of the successful state. *European Economic Review*, v. 41, p. 411-442, 1997a.
- _____. Controversies, institutions and economic performance in East Asia. *NBER Working Paper*, No. 5914, 1997b.
- Rosovsky, Henry. What are the lessons of Japanese economic development. In: Youngson, A. (ed.), *Economic development in the long run*. London: Allen and Unwin, 1972.
- Sachs, Jeffrey, and Radelet, Steven. The onset of the East Asian financial crisis. Harvard Institute for International Development (HIID), *Working Paper*. 1998.
- The Economist*. A survey of East Asian economies. March 7, 1998.
- The Economist Intelligence Unit. *Country report on Indonesia*. February 14, 1997.
- Wade, Robert. *Governing the market: economic theory and the role of government in East Asian industrialization*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1990.
- Westphal, L. E. Industrial policy in an export-propelled economy: lessons from South Korea's experience. *Journal of Economic Perspectives*, v. 4, p. 41-59, 1990.
- World Bank. *The East Asian miracle: economic growth and public policy*. Published for the World Bank by Oxford University Press. 1993.